

DA LEI A REALIDADE: O ensino das religiões de matriz africana na educação básica.

Glads Silva da Cunha dos Santos,

A Lei 10.639/03, reconhecida como uma política de ação afirmativa, introduziu novas exigências nos sistemas de ensino. Exigências essas a serem incorporadas aos currículos escolares, sob a forma da implementação do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Contudo, desde a sua promulgação até hoje ela ainda enfrenta diversos desafios. Nesse sentido, queremos propor aqui uma reflexão sobre as práticas e concepções sobre as religiões de matriz africana, como são abordadas nas escolas brasileiras, pois diante dos fatos torna-se louvável a inclusão da história e cultura Africana e Afro-Brasileira realizada pelas escolas em seu currículo, visto que há mais de duas décadas a educação brasileira tem procurado executar essa valorização ainda sem sucesso. Segundo Santos (2005, p. 34): Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta antirracismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação, de fato. Faz-se necessário mergulhar nas reflexões sobre as abordagens e práticas sociais tradicionais para se buscar o novo. Se novas relações querem construir, elas merecem novos enfoques e tomadas de posição. Nesse sentido, a troca das culturas numa dada sociedade será determinada e possível a partir do rompimento de seu estatuto colonial e que, enquanto este estatuto estiver vigente, não será possível estabelecer o novo, sob a forma de relações democráticas e igualitárias. O estatuto colonial que herdamos foi constituído no contexto da escravidão, que nos trouxe as relações de dominação, de discriminação, de racismo, principalmente o racismo religioso. Essas contingências e dificuldades vão desde a falta de preparação adequada dos professores para abordar temas relacionados a história e cultura afro brasileira, até a resistência e desinteresse de alguns professores. Seja por preconceitos pessoais ou por considerarem o tema irrelevante. Nossa questão aqui é: Compreender o ensino das religiões de matriz africana na perspectiva de professores de escolas de educação básica no sul do estado de Santa Catarina? Quais são as principais motivações, dificuldades e impactos enfrentados no ensino das religiões de matriz africana, e de que forma essas barreiras podem ser superadas para promover a valorização da diversidade cultural e a conscientização sobre a igualdade étnica? A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritivo-exploratória, utilizando entrevistas com professores de escolas. Nosso objetivo central é compreender como vem sendo o ensino das religiões de matriz africana na educação básica nas escolas da região sul no Santa Catarina, nesses 21 anos de lei, visando promover a valorização da diversidade cultural e a conscientização sobre a igualdade étnica, buscando alternativas para uma formação integral dos alunos e a valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Palavras-chave: Lei 10.639, ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, ensino das religiões de matriz africana, educação antirracista.